

Política e espaço público no Rio de Janeiro dos anos 1960: em meio às conspirações golpistas, comício em praça pública tornou-se símbolo de radicalização

Politics and public space in Rio de Janeiro in the 1960s: Amid coup conspiracies, a rally in a public square became a symbol of radicalisation

Nashla Dahás

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professora Substituta do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
nashladahas@hotmail.com

RESUMO: Em 13 de março de 1964, um comício realizado em praça pública, na altura da estação de trem Central do Brasil, no Rio de Janeiro, liderado pelo então presidente João Goulart, ganhou enorme repercussão no campo político, na grande imprensa e na sociedade civil. Era a expressão de um conflito deflagrado com a posse de Goulart, em agosto/setembro de 1961, e acirrado a partir das tentativas de parte do Executivo de viabilizar o trabalhismo como projeto político nacional a partir da força da opinião pública. Num contexto de fortes demandas sociais, crescente politização popular e polarização política e social, o comício da Central explora a construção de novos espaços políticos e ocorre em nome da ampliação democrática. Resgata a dimensão excludente do sistema político-partidário representativo e os impasses gerados pela intensificação do conflito de classes no Brasil. Entre possibilidades e ameaças geradas pelo acontecimento, o jogo político se redimensiona, e as diversas forças políticas e sociais, internas e externas, reunidas na oposição ao trabalhismo, levam a conspiração golpista à prática da destituição do governo Goulart.

Palavras-chave: Golpe civil-militar, governo João Goulart, esquerdas no Brasil.

ABSTRACT: *On March 13, 1964, a rally in a public square, at the time of Brazil's central train station, in Rio de Janeiro, led by President Joao Goulart, won enormous repercussions in the political field, in the press and in civil society. It was the expression of a triggered conflict with the inauguration of Goulart in August/September 1961, and bitter from the attempts of the Executive to enable the labor movement as a national political project from the force of public opinion. In a context of strong social demands, growing popular politicization and political and social polarization, the Center rally explores the construction of new political spaces and occurs in the name of democratic expansion. It rescues the exclusive dimension of representative political party system and the impasses generated by the intensification of class conflict in Brazil. Between opportunities and threats generated by the event, the political game is reshaped, and the various political and social forces, internal and external, gathered in opposition to Labour coup conspiracy leading to the practice of Goulart government's dismissal.*

Keywords: *Civil-military coup, government Goulart, left in Brazil.*

Introdução

Durante o período do governo João Goulart, entre 1961 e 1964, verificou-se um processo de luta política e social marcado pelo embate entre diferentes projetos para o Brasil (REIS, 2000)¹. Nessas circunstâncias, a peculiaridade do governo em questão parece ter sido a de colocar em pauta uma agenda de reformas estruturais e de base para o país. Ao mesmo tempo em que essas reformas corresponderam a uma série de demandas históricas das classes populares, colidiram com os interesses de grupos poderosos política e economicamente. Ao longo do período, o conflito foi se tornando cada vez mais complexo e intenso, remetendo, inclusive, a questões ligadas à fórmula democrática e representativa do sistema político-partidário instituído com a Constituição de 1946.

João Goulart assumiu a presidência da República em setembro de 1961 já em meio a uma grave crise política. Após a renúncia de Jânio Quadros, eleito presidente em 1960, os ministros militares, vice-almirante Sylvio Heck, da Marinha, marechal Odylio Denis, do Ministério da Guerra, e o brigadeiro do ar Gabriel Grum Moss, representando a Aeronáutica, intervieram no processo político e vetaram a posse do vice Goulart. Este impasse foi solucionado temporariamente pela implementação de uma fórmula política de compromisso que se mostrou extremamente frágil, pois foi marcada por seguidos momentos de crise (MELO, 2009). A instituição conciliatória do sistema parlamentarista limitou os poderes do presidente empossado, atendendo, sobretudo, às pressões de setores militares golpistas acompanhados de grupos políticos conservadores.

Durante o tempo em que foi chefe de Estado, João Goulart se esforçou para executar um programa trabalhista cujos princípios e prioridades foram sendo alterados e construídos ao longo de quase vinte anos de história (NEVES, 2001)². Embora o governo de Goulart não tenha conseguido concretizar grande parte das suas propostas, o estudo deste período pode ser emblemático para a compreensão das tradições políticas brasileiras, dos limites da democracia instaurada, das possibilidades de transformação e dos riscos da radicalização política.

Nesse contexto, a constituição e a realização do comício da Central, em 13 de março de 1964, poucos dias antes do golpe civil-militar que destituiu o governo, destacam-se como processo e acontecimento fundamentais para a compreensão da crise que marcou o período. Símbolo do conflito político dos anos 1960, o comício é capaz de resgatar os agentes históricos em luta, os projetos em disputa com seus respectivos argumentos de defesa e a dinâmica do enfrentamento político. A maneira como esses agentes e projetos se inseriram e atuaram dentro de um processo de ampliação dos espaços públicos destinados à discussão política.

Este artigo busca, portanto, compreender o significado do comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, do ponto de vista dos grupos políticos e sociais envolvidos na crise política instaurada em agosto/setembro de 1961 com a chegada de João Goulart ao poder.

Procuramos apresentar a realização do comício como uma tentativa de ampliar o campo político nacional criando um novo espaço de discussão política e de participação popular. Tais objetivos partiram de um pressuposto também defendido a partir da argumentação e da documentação históricas: de que o comício da Central é um acontecimento político da década de 1960 que reflete o embate entre as possibilidades políticas de concretização do projeto trabalhista e as ameaças que ele parecia trazer aos grupos que se uniram em oposição ao governo.

Esperamos que o enfrentamento das questões que envolveram esse passado político recente contribua para que a memória histórica resgate, como elemento de reflexão e alternativa política real, a possibilidade constitucional de reformar as instituições. Além disso, busca-se trazer novas questões ao debate histórico-político que oferece à consciência política nacional cada vez mais elementos para reconhecer, identificar e denunciar os argumentos e as forças que, vez ou outra, atuam no sentido de postergar a implantação de uma democracia mais ampla e estável no Brasil.

O comício, tal como entendido neste trabalho, simbolizou uma luta política polarizada e radicalizada em termos de agressividade discursiva e disputa ideológica, o que não se traduziu em desprezo pelas regras do jogo democrático. Mas significou uma estratégia (política) que buscou ampliar o espaço de participação política e acabou por abrir possibilidades e ameaças que redimensionaram o conflito político. Além disso, o comício pretendeu influenciar as decisões que pertenciam ao Congresso Nacional por meio da pressão popular. De acordo com nossa pesquisa de fontes e as conclusões aqui apresentadas, não havia nenhum plano mais audacioso ou inconstitucional para forçar a concretização das reformas ou para a manutenção do Partido Trabalhista no poder.

Com isso, negamos a tese de que o comício foi o auge de um processo de radicalização política fomentado pelo governo em nome de um projeto autoritário das esquerdas brasileiras. Na verdade, este projeto poderia até existir para alguns segmentos que apoiaram João Goulart, mas ele não se tornou predominante entre as esquerdas e não foi encampado pelo governo. Do mesmo modo, o desenrolar dos acontecimentos mostrou que não houve nenhum tipo de resistência ou defesa organizada pelo governo quando ocorreu a deflagração do golpe. Não há documentação que comprove qualquer ação do governo Goulart na direção da articulação de um golpe de Estado entre 1961 e 1964. O comício da Central constituiu-se como estratégia política de parte do Executivo com o objetivo de ampliar a participação política e utilizar a opinião pública como sustentação política do governo. Desse modo, procurou alterar a relação de forças parlamentares que impedia a concretização do projeto trabalhista.

A crise política inaugurada acirrou-se com o esforço de parte do Executivo, liderado por Goulart, no sentido de viabilizar um conjunto de reformas de base que incluía reforma agrária, eleitoral e constitucional. Enquanto isso, no Congresso Nacional efetivou-se um movimento de polarização das forças políticas que acabou por isolar o Partido Trabalhista Brasileiro.

Enfraquecido em suas alianças parlamentares históricas por defender a concretização das reformas de base, o PTB tornou-se representante de um conjunto heterogêneo de movimentos sociais e políticos excluídos ou limitados no seu direito de participação política, e, é claro, interessado na implementação das reformas.

Por outro lado, em oposição ao governo e às reformas de base se posicionaram os grupos políticos que formavam a maioria no Congresso Nacional, entre eles o Partido Social Democrático, o PSD, e a União Democrática Nacional, a UDN. Parte majoritária destes partidos estabeleceu alianças tácitas ou declaradas com grupos da sociedade civil formados especialmente entre as classes médias e entre grandes latifundiários e empresários. Além disso, contaram com o apoio das forças norte-americanas incontestavelmente presentes nos acontecimentos políticos brasileiros entre 1961 e 1964.

Vale reforçar a importância da conjuntura internacional a influenciar profunda e diretamente na sucessão dos acontecimentos internos. Por um lado, a revolução cubana em 1959 estimulou o surgimento de novos grupos socialistas, comunistas e esquerdistas de uma forma geral. Embora esses grupos jamais tenham alcançado representação clara e legítima no campo político parlamentar, não se pode subestimar a importância que exerceram, especialmente no apoio às alas ditas mais radicais do PTB. Eles engrossaram um coro voltado para a desilusão com a via democrática de luta política e encontraram, sobretudo em Leonel Brizola, cunhado do presidente João Goulart, sua principal liderança política. Entretanto, embora esses grupos, chamados de “extrema esquerda”, tenham atuado politicamente, muitas vezes por meio de organizações clandestinas, jamais tiveram os seus projetos autoritários encampados pelos discursos do presidente e de seus aliados políticos mais próximos.

Por outro lado, a interferência dos Estados Unidos nos acontecimentos políticos brasileiros foi incisiva e direta, tornando-se evidente a partir do ano de 1962. Desde então os Estados Unidos passaram a financiar as campanhas da oposição, comunicando-se diretamente com governadores e políticos brasileiros. Além disso, estimularam violenta campanha ideológica promovida por órgãos aparentemente científicos, como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), e auxiliaram no treinamento de militares, entre outros tipos de intervenção. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, o historiador James Green, “brasilianista” da Universidade de Brown, declarou que em 1962 o presidente John Kennedy resolveu derrubar o governo João Goulart decidindo “apoiar qualquer medida militar que derrubasse o governo”³.

Nesse contexto, temas como o comunismo e o anticomunismo, imperialismo, nacionalismo, capital internacional, entre outros, adquiriram destaque permanente na pauta política brasileira. Transformaram-se em argumentos e contra-argumentos tanto de grupos de direita quanto de esquerda na defesa de seus projetos de Estado. Foram especialmente importantes na luta política que marcou o governo Goulart por ampliarem o léxico político

utilizado para desqualificar adversários e mobilizar a opinião pública de ambos os lados, especialmente por meio do campo de atuação da grande imprensa.

Entretanto, a importância da imprensa no contexto da crise política dos anos 1960 não se reduziu a uma condição de objeto/instrumento de luta pela conquista da opinião pública. Ao mesmo tempo em que foi utilizada por grupos políticos e empresariais como arma fundamental de embate, a imprensa constituiu-se também em um campo de luta, hoje visto como imprescindível para a análise do período. Os empreendimentos e os interesses empresariais que sustentaram a ampliação e a modernização da imprensa da época conjugaram-se com a progressiva consolidação de uma posição política na sociedade e, sobretudo, diante do conflito que envolveu todo o governo Goulart.

A maioria dos periódicos de grande circulação da época se mostrou profundamente comprometida com o jogo político e atuou no sentido de manter ou quebrar hegemonias, discutir os projetos de Estado em disputa, dar voz a certos grupos identificados com as suas orientações editoriais e convocar os seus leitores à participação política. Investigando a imprensa como campo de luta e arma política, constatou-se que a defesa dos projetos do governo, ou melhor, da parte do governo favorável às reformas de base, foi sempre, e quase exclusivamente, bandeira erguida pelo jornal *Última Hora*. Único jornal de grande tiragem e legitimidade social a fazê-lo. Por outro lado, a argumentação tecida em favor das decisões tomadas pela maioria congressual, que insistia em frear o avanço das reformas, foi posição adotada por vários periódicos, com destaque para a atuação do *Correio da Manhã*, considerado, durante todo o tempo em que existiu, um dos maiores jornais políticos do país. Orientado para um público de maior poder aquisitivo, o *Correio* dispunha de prestígio social e reafirmava a imagem de órgão liberal, combativo e corajoso. Durante o governo João Goulart, apresentou vocabulário mais sofisticado que a maioria dos jornais. A partir de 1963, engajou-se na violenta campanha pela desestabilização do governo e claramente apoiou o golpe civil-militar de 1964.

Tanto a *Última Hora* quanto o *Correio da Manhã* são jornais cariocas e, portanto, seus jornalistas e redatores, os grupos e os homens responsáveis por essas publicações, viveram a crise política do governo Goulart no seu lugar de maior intensidade. Embora São Paulo já fosse o centro mais dinâmico do capitalismo brasileiro, foi no Rio de Janeiro que os jornais receberam maior impulso para se modernizarem e onde se concentravam as mais importantes instituições culturais e literárias do país. A cidade era não só a capital administrativa e cultural, mas um dinâmico núcleo econômico. Possuía a maior renda *per capita* e o maior índice de concentração demográfica do Brasil. Além disso, durante seu governo, João Goulart administrou o país sobretudo do Rio de Janeiro, e seus ministros seguiram seu exemplo. Vale dizer ainda que o comício da Central ocorreu no Rio de Janeiro e não em qualquer outro lugar. Além disso, a despeito de a capital federal ter sido transferida para Brasília em 1960,

a tradição de engajamento no debate político nacional permaneceu uma marca da política carioca, consignada como legado e cultura política.

Criado em 1951, com a ajuda financeira do governo Getúlio Vargas desde o seu surgimento, o jornal *Última Hora* funcionou como elo entre a população e Vargas, que, por sua vez, intervinha diretamente no seu conteúdo. A *Última Hora* dirigia-se especialmente às classes populares, embora não exclusivamente, e caracterizou-se pelo apoio ao trabalhismo como projeto político para o país. No caso do *Correio da Manhã*, historicamente o jornal assumiu posições coerentes com uma linha política que, em 1960, poderia ser chamada de “antitrabalhista”. Em 1945, chamou os queremistas de “tipos da ralé” e “turma de cafajestes”, e em 1950 apoiou a candidatura à presidência da República do brigadeiro Eduardo Gomes, lançada pela UDN, partido mais antigetulista do campo político. Entre 1950 e 1954, fez forte oposição a Getúlio Vargas e violentas críticas ao aumento de 100 % do salário mínimo.

Cronologicamente, grande parte dos estudos sobre os anos 1960 admite a oposição do *Correio da Manhã* ao governo Goulart somente a partir de fins de 1963. No entanto, tal afirmação parece não levar em conta questões como os projetos que este órgão corroborou, suas ações nos processos de “crises institucionais” e, principalmente, a estrutura e a postura assumida” em editoriais e colunas de opinião, fontes utilizadas nesta dissertação. Estes espaços da estrutura do jornal atuaram constantemente no sentido de fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais e de direita, estimulando percepções negativas acerca dos grupos populares nacionalistas, reformistas ou “populistas”. Embora tenha defendido, até fins de 1963, as tentativas de frear a radicalização “de ambos os lados”, para usar as palavras do jornal, o *Correio da Manhã* manteve postura claramente conservadora em todas as questões relacionadas à ampliação da participação popular e da justiça social.

Durante o período do governo João Goulart, também vale chamar atenção para o jornal *O Globo* e sua posição visceralmente anticomunista e associada em relação ao mercado estrangeiro. Em 1945 e em 1950, o jornal apoiou o candidato da UDN, e no segundo governo Vargas colocou-se contra a criação da Petrobrás, contra o decreto presidencial que limitava a 10% a remessa de lucros de empresas estrangeiras para o exterior e contra o aumento de 100% do salário mínimo. A maioria dos seus leitores estava entre as classes média e alta, mas também tinha expressão entre as classes populares. Na disputa interna ao campo da imprensa, Roberto Marinho chegou a ceder a Rádio Globo para que Carlos Lacerda fizesse seus ataques a Samuel Wainer, proprietário do jornal *Última Hora*, e ao governo de Getúlio Vargas. Em 1954, após o suicídio de Vargas, sua sede foi apedrejada e vários caminhões de entrega foram queimados por populares, tal era a identificação entre *O Globo* e os inimigos políticos de Getúlio, da mesma forma que se demonstrava o poder político e social de que o jornal dispunha.

Os conceitos em seu contexto

A reflexão proposta acerca das questões que envolvem a criação de um novo espaço político diante dos problemas da democracia representativa nos anos de 1960 parece insuficiente sem que alguns conceitos estejam bem definidos. O significado da política e a fórmula democrática de que se está tratando precisam de contornos mais claros para que a análise possa prosseguir em seu raciocínio. Especialmente para que a percepção do comício da Central como estratégia política do governo Goulart adquira bases mais sólidas de sustentação.

Diferentes interpretações, formuladas em contextos bem distintos por diversos autores que pensam o espaço político, como Zygmunt Bauman (2000) e Hannah Arendt (2007), conjugaram-se na construção de um determinado conceito de política. Neste, a política passou a ser entendida como um espaço público de discussão e participação nas questões nacionais, nos processos decisórios da política nacional. Implica questionamento, liberdade ativa, inclusão social e um Estado preocupado com o chamado bem comum. Pluralidade, pensamento e capacidade de transformação. Política é a capacidade de livre manifestação e possível participação na resolução de problemas e questões que se tornaram preocupações públicas e nacionais. É esta a concepção de política que torna necessária a observação da dinâmica política interna durante o governo Goulart, as tendências do sistema político a privilegiar a defesa da conservação. Homens e grupos com força e poder suficientes para frear o avanço da participação política de outros grupos historicamente excluídos desse processo. Um projeto político que ameaçava modificar a forma de gestão do Estado e as relações de força que o permeavam, o trabalhismo que se ampliava e reagia de forma inesperada dentro do *habitus* político da época.

Os dois autores citados discutem profundamente a política a partir da perspectiva de seu desaparecimento. Zygmunt Bauman, na contemporaneidade, e Hannah Arendt, nas décadas de 1930 e 1940 e no pós-Segunda Guerra Mundial, discutem a questão do sentido da política e da procura pelo espaço do fazer político. Arendt, sobretudo, faz uma análise de natureza filosófica e trabalha especialmente com o enunciado para além da experiência histórica que analisa. Isto torna suas reflexões ainda mais importantes por tratar-se de uma questão a se verificar mesmo fora do âmbito do autoritarismo do século XX.

Entre as reflexões que a autora exercita, partilhamos a ideia de que, ao restringir a participação política ao direito de representação e de voto, a democracia representativa limita a própria política, causando impasses de difícil resolução sem que se violem os limites desse sistema. No caso do governo Goulart, nem mesmo o direito de voto era concedido a toda a população. O Partido Comunista Brasileiro, que dispunha de organização nacional e eleitorado em grande parte militante, embora não tivesse grande penetração nas massas, teve seu registro cassado pelo governo que festejou a redemocratização em 1946 e instituiu o

sistema representativo dentro da nova Constituição. Os analfabetos, que em 1960 constituíam 39% da população brasileira de adultos (NICOLAU, 2002, p. 54), não tinham direito ao voto, o que significava um expressivo contingente de excluídos do processo político-eleitoral. Além disso, uma série de outros grupos populares, como associações de trabalhadores urbanos e rurais, estudantes e subalternos das Forças Armadas, encontravam somente no PTB uma alternativa possível à ausência de representação no campo político-partidário.

Nesse sentido, o comício da Central foi uma tentativa de criar um espaço político novo, alternativo, sem restrições à participação. Um espaço concorrente em que as forças externas ao campo político pudessem formar um grande movimento de opinião pública capaz de alterar as relações de forças internas ao parlamento. Por um lado, esta foi a forma como a luta entre os interesses de diferentes classes sociais se configurou no campo político. Por outro, foi, ao mesmo tempo, a exacerbação de um impasse entre a manutenção das normas do jogo político democrático, defendida pela ampla maioria do Poder Legislativo, e a possibilidade, aberta por parte do Executivo, de modificá-lo em nome da ampliação da participação política.

O campo político é aquele em que agentes históricos travam lutas simbólicas com o objetivo de confirmar ou transformar a visão do mundo, a ação no mundo e o próprio mundo. Utilizá-lo como ferramenta de análise significa identificar e diferenciar os lugares da luta política e os diferentes detentores de diferentes poderes com propostas de transformação ou de conservação que atuam no interior desses campos. Implica identificar e relacionar as hierarquias estabelecidas entre os detentores de diferentes espécies de capital material ou simbólico que ocupam diversas posições na luta pela alteração dessas próprias posições e relações de poder.

O conceito de campo político sugere a reconstrução da estrutura do mundo social no qual o objeto de estudo está imerso. O espaço e o campo de lutas e de forças a partir dos quais as visões de mundo em disputa se formaram e saíram vitoriosas ou derrotadas, mantendo ou desfazendo o que a história havia feito até então. Razões pelas quais parece importante enfatizar que o campo político é, sobretudo, um espaço de luta. O espaço de discussão, transformação, liberdade e versões/verdade que é a política não é um espaço tranquilo, mas um complexo campo de luta dentro do qual se verifica uma disputa pela manutenção ou transformação de uma visão de mundo que se pretende hegemônica. É um lugar de definição contínua de posições, classificações e representações.

A possibilidade de ampliação do campo político aberta pela organização do comício da Central gerou, na sociedade da época, uma expectativa de alteração no próprio desenho do Estado. O governo Goulart esforçou-se para alterar a forma tradicional como poder público era encarado, as suas relações com a sociedade e a relação de forças entre a sociedade civil organizada e o Poder Legislativo. Mexeu com concepções importantes para o exercício da política, especialmente no que se refere ao conceito de democracia. Entre as armas utilizadas para isso estava um projeto trabalhista de reformas que se intitulava um projeto para a nação e

não exclusivo para os trabalhadores. A possibilidade de viabilização desse projeto engendrou intensa luta política dentro do campo parlamentar, incluindo sucessivas proposições e tensas negociações referentes à reforma agrária. Esgotadas as tentativas de conciliação por esta via, o governo decidiu buscar apoio e legitimidade na sociedade ampliando o espaço destinado ao fazer político.

O mesmo trabalhismo que na década de 1950 estava relacionado estritamente à defesa da legislação trabalhista criada no governo Vargas de 1937 a 1945, adquiriu novo sentido no governo Goulart. Surgiu então como um conjunto de reformas de reestruturação social que extrapolava o campo das leis do trabalho e atingia modificações no desenho estatal. Parece ter sido largamente utilizado como estratégia de aglutinação e de ampliação do apoio popular. A experiência ia transformando a linguagem, que, por sua vez, se configurava numa tentativa de decodificação do vivido.

Tanto os discursos proferidos durante o comício da Central, quanto os que integraram a luta política e que podem ser acompanhados nos periódicos da época, são entendidos no interior do contexto linguístico no qual estavam imersos. Por isso, seria muito difícil encontrar definições fixas e inequívocas para designações como “populista” ou “sindicalista”. Para além dos seus significados entendidos hoje como tradicionais, esses termos integraram, entre 1961 e 1964, uma disputa política na qual foram frequentemente utilizados por um grande e heterogêneo grupo político para desqualificar o adversário no governo.

Os populistas tornaram-se, nesse sentido, sempre o outro, em oposição às próprias características de quem falava, ligadas à ordem, à honestidade e à legalidade. Carlos Lacerda, por exemplo, utilizou habilmente o código linguístico disponível para misturar, confundir e construir conceitos que desqualificavam de uma só vez uma série de diferentes grupos sociais e políticos por ele chamados de “comuno-anarco-sindicalistas”, “carreiristas-militares-nacionalistas”, etc. A linguagem refletiu grande parte do contexto político vivido naquele momento. E a fala, o próprio discurso, correspondeu, também em parte significativa, às apropriações feitas da linguagem que a transformavam em eficaz instrumento de luta política.

Os discursos atribuídos aos homens e aos grupos que formaram a oposição ao governo trazem constantes referências ao comunismo para designar a política trabalhista. Também eles utilizaram a linguagem como arma política. Alteraram ou atribuíram novos significados a palavras conhecidas, criando novas palavras para designar sentimentos ainda sem nome. Entre estes, o medo da inserção política dos trabalhadores, o pavor das manifestações públicas dos setores populares e o temor que a possibilidade de mudanças lhes causava.

É verdade que uma conjuntura política internacional de guerra fria contribuiu para a difusão da ideia do terror vermelho no Brasil. Entretanto, o conceito de comunismo foi constantemente utilizado pelos grupos de oposição ao governo Goulart para vincular as reformas sociais a uma possível infiltração comunista. Transformado em arma política, o

comunismo surgiu como um importante argumento de persuasão sobre os indivíduos e os grupos ainda indecisos quanto às possibilidades de golpe para derrubar o governo Goulart.

No período do governo João Goulart, entre 1961 e 1964, também se pode dizer que foi inaugurado um momento de transformações nas concepções de passado e de futuro por parte da sociedade. Num passado político recente, que remetia aos anos de 1930 e aos governos de Getúlio Vargas, uma série de direitos trabalhistas, até então impensáveis, foram concedidos, modificando a condição de cidadania dos trabalhadores urbanos. O processo foi frequentemente entendido como resultado das sucessivas tentativas de organização e das pressões exercidas por essa massa de homens. Ou, por outro lado, como concessões feitas de cima para baixo que acompanharam um momento mundial de reconhecimento desses direitos. De todo modo, os trabalhadores aprenderam a utilizar os instrumentos que adquiriram nesse processo, como a legislação e a justiça trabalhista, para defender e ampliar sua nova condição.

A chegada de um político trabalhista à presidência da República, em 1961, em circunstâncias adversas – que deram aos movimentos populares papel indispensável na luta pela posse de João Goulart – alterou e redimensionou todo o horizonte de expectativas dessa população, com a qual o novo presidente foi assumindo compromissos cada vez maiores. O passado tornou-se nesse momento, para os grupos aos quais Goulart se dirigia – trabalhadores, camponeses, sindicalistas –, cada vez mais um inimigo opressor. Enquanto isso, o futuro parecia lhes sorrir com a possibilidade de reformas. Reforma agrária, tributária, eleitoral e constitucional. Comunistas, estudantes, militantes petebistas e simpatizantes das reformas se enfileiraram no que pensaram ser as trincheiras dessa luta que levaria a um futuro diferente do passado indigno do qual fugiam.

Programa, poder e luta política

O discurso de João Goulart no comício da Central do Brasil é emblemático no sentido de expor o nacionalismo do projeto político trabalhista para além das suas percepções mais recorrentes. O trabalhismo nacionalista ao tempo de Goulart não era o mesmo da redemocratização. Na década de 1960, a Segunda Guerra já havia produzido seus vencedores, e vivia-se o clima da guerra fria com o agravante, para a América Latina, da Revolução Cubana em 1959. Não interessava mais a uma parcela importante da sociedade, sobretudo aos grandes empresários e latifundiários, esquivar-se do capital internacional e das relações políticas e econômicas com as forças estrangeiras, especialmente as norte-americanas. Foi assim que coube ao trabalhismo redefinir as suas bases nacionalistas, embora reafirmasse a construção nacional como projeto.

Em vários trechos de seu discurso no comício da Central, João Goulart se reportará à Nação. Sobre a reforma constitucional, o presidente afirmou: “Há a necessidade, trabalhadores,

da revisão da Constituição da nossa República, que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios de desenvolvimento desta Nação⁴”. Reforma agrária: “A reforma agrária só prejudica uma minoria de insensíveis que deseja manter o povo escravo e a Nação submetida a um miserável padrão de vida”. E ainda: “Governo nenhum, trabalhadores, povo nenhum, por maior que seja o seu esforço, e até mesmo o seu sacrifício, poderá enfrentar o monstro inflacionário que devora os salários, que inquieta o povo assalariado, se não forem efetuadas as reformas de estrutura e de base exigidas pelo povo e reclamadas pela Nação”. Mais à frente, João Goulart se dirige ao Congresso Nacional: “... Em nome destas cento e cinquenta ou duzentas mil pessoas que aqui estão, faço caloroso apelo ao Congresso Nacional para que venha ao encontro das reivindicações populares, para que, em seu patriotismo, sinta os anseios da Nação, que quer abrir caminho, pacífica e democraticamente, para melhores dias”. E finalizando: “À medida que esta luta apertar, sei que o povo também apertará a sua vontade contra aqueles que não reconhecem os direitos populares, contra aqueles que exploram o povo e a Nação”.

O presidente Goulart evocava, então, o povo a uma luta em nome da Nação. Passava a utilizar o nacionalismo como um recurso ideológico que o tornava sinônimo de público. Ser nacionalista passava a significar colocar o interesse de todos, o interesse público, em primeiro lugar. Por várias vezes durante o discurso, referiu-se a uma minoria reacionária e pediu apoio àqueles que colocavam os interesses da pátria acima dos interesses privados. Dessa forma, o trabalhismo buscava enfatizar algo fundamental para a coesão do grupo: o sentimento de pertencimento a uma comunidade política. Contra o individualismo, o antiassociativismo, a insegurança e a formação de agentes sociais isolados, o trabalhismo, como projeto político, ofereceu uma causa comum em torno da justiça social.

Por outro lado, vale dizer que a estratégia de apelar ao espírito público da população como fator de união nacional envolveu também alguns riscos políticos que não pareceram ter sido avaliados. Não foram poucas as organizações esquerdistas e os políticos reformistas militantes que levaram o trabalhismo nacionalista aos limites da sua radicalização. Em nome dos interesses públicos, nacionais ou populares, desprezaram a existência dos outros partidos políticos, das outras instituições estabelecidas e dos interesses em conservar a ordem vigente. Desse modo, adquiriram importante corresponsabilidade em relação ao acirramento do conflito político que levou à deposição do presidente Goulart e à aniquilação de qualquer projeto político de integração.

Em primeiro lugar, é preciso situar a luta do governo Goulart pela aprovação do projeto petebista de reforma agrária dentro de um contexto de forte mobilização social e de crescente ampliação dos espaços destinados à reivindicação política. A observação dos periódicos de grande circulação da época revela um quadro social de intensa politização das classes populares. Estes grupos participavam do jogo político por meio da criação de novos espaços

políticos. Faziam, desse modo, reuniões, greves, comícios e encontros nos quais declarações polêmicas estimulavam o clima de disputa e polarização.

Do mesmo modo, os grupos que se enfileiravam na oposição ao governo, como empresários, latifundiários, militares e classes médias, expunham seus medos e suas percepções diante da possibilidade de concretização das reformas, sobretudo manifestando-se contra a reforma agrária. Esses grupos agiam no sentido de criar e estimular uma ambiência de desordem, subversão e caos. Em seus discursos, as manifestações populares eram denunciadas como expressão da incapacidade do presidente de controlar as esquerdas radicais. Também a infiltração comunista e a possibilidade de um golpe sindicalista eram argumentos constantes nos textos sobre a crise política, especialmente no contexto das discussões parlamentares acerca dos projetos de reforma agrária.

Assim, no início de março de 1964, o *Correio da Manhã* traria em suas páginas políticas as seguintes notícias: “Encontro de camponeses na Guanabara. Camponeses do Rio de Janeiro e Guanabara realizaram ontem, no Sindicato dos Metalúrgicos, o primeiro encontro da classe para estudar a sindicalização rural, carteiras profissionais para o homem do campo e cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural⁵”, e “Reina intranquilidade em Recife. Continuam chegando a esta capital representantes das Associações Comerciais e de sindicatos patronais de todo o estado para a reunião programada pelas classes produtoras, na qual poderá ser determinada a paralisação geral das indústrias, usinas e comércio de Pernambuco⁶”.

Na mesma semana, a *Última Hora* publicava: “Governadores exigem reformas imediatas. À exceção do Sr. Carlos Lacerda, onze governadores resolveram, durante a reunião realizada sábado e domingo em Salvador, recomendar ao Congresso a imediata aprovação das leis referentes às reformas de base. A recomendação não constou da declaração final da reunião, sendo, contudo, encaminhada como subsídio ao povo, para que tenha conhecimento do pensamento dos governadores sobre o assunto⁷” e “Tensão em Pernambuco. Em agitada assembléia realizada ontem, 600 fornecedores de cana do estado decidiram que todos os seus bens e propriedades poderão ser requisitados, negociados ou trocados por armas, com as quais eles pretendem enfrentar a greve dos 200 mil camponeses que transcorre pacificamente sem as alegadas violências contra os proprietários, segundo o relatório apresentado por cinco oficiais da polícia militar que percorreram as regiões afetadas pelo movimento dos trabalhadores. “... Melhor do que qualquer solidariedade é uma metralhadora ponto 30” – disse o líder dos fornecedores, acrescentando: “Convoco todos à união. Estamos em plena revolução. Reuniões de cúpula não resolvem mais nada. Só na marra se conseguirá alguma coisa⁸”.

As considerações feitas acima, assim como as fontes apresentadas, pretendem reforçar a ideia de que a discussão em torno da reforma agrária e também a constituição do comício da Central ocorreram em meio a um contexto de acirramento da crise política, provocado, sobretudo, pela ampliação dos espaços políticos no Rio de Janeiro e da atuação da sociedade civil.

Durante o comício da Central, o presidente afirmou: “... a dignidade da pessoa humana exige normalmente, como fundamento natural para a vida, o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade para todos”; “... espero que dentro de menos de sessenta dias já comecem a ser divididos os latifúndios das beiras das estradas, os latifúndios ao lado das ferrovias e dos açudes construídos com o dinheiro do povo, ao lado das obras de saneamento realizadas com o sacrifício da nação”. E perguntou: “Como garantir o direito de propriedade autêntica quando, dos quinze milhões de brasileiros que trabalham a terra no Brasil, apenas dois milhões e meio são proprietários?”. E por fim: “O nosso lema, trabalhadores do Brasil, é progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade... Nada disso terá sentido profundo se ao homem não for assegurado o sagrado direito ao trabalho e a uma justa participação no desenvolvimento nacional”.

Goulart expressava o entendimento de que a reforma agrária legitimava-se por um imperativo do próprio capitalismo e, portanto, do desenvolvimento e do progresso do país. Lembrava os benefícios que a redistribuição e a formação de novos consumidores e proprietários trariam também aos industriais e comerciantes. Além disso, referia-se à necessidade da reforma como uma questão moral invocando o papa João XXIII e os princípios da Igreja Católica. Justificava a questão por meio de argumentos históricos que resgatavam o processo de distribuição de terras no Japão do pós-guerra, na Itália “ocidental e democrática”, no México e na Índia. A todo custo, o discurso do presidente tentava dissociar a reforma agrária do desrespeito à propriedade privada e do comunismo. Esforçava-se por construir uma fala de aparência neutra, quase científica, sobre o tema.

No comício da Central, em 13 de março de 1964, João Goulart exaltadamente explicou que a reforma agrária não subverteria as relações capitalistas de produção. Mas, pelo contrário, reforçava-as e favorecia o desenvolvimento econômico. Afirmou o presidente: “Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. Reforma agrária como consagrado na Constituição, com pagamento prévio e a dinheiro é negócio agrário, que interessa apenas ao latifúndio, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro”. E em seguida: “É claro, trabalhadores, que só se pode iniciar uma reforma agrária em terras economicamente aproveitáveis. É claro que não poderíamos começar a reforma agrária, para atender aos anseios do povo, nos estados do Amazonas ou do Pará. A reforma agrária deve ser iniciada nas terras mais valorizadas e ao lado dos grandes centros de consumo, com transporte fácil para o seu escoamento”.

João Goulart tornava inimigos do governo os latifundiários. Aniquilava, com o discurso no comício da Central, quaisquer formas de entendimento com os grupos proprietários e associações rurais. Por mais que sua carreira política tenha demonstrado uma tendência clara à conciliação e ao apaziguamento, e ainda que tenha escolhido o caminho constitucional para a concretização das reformas em meio às possibilidades mais radicais oferecidas por parte das esquerdas, João Goulart delineava e distinguia um projeto político em luta. Pode-se dizer

que era menos uma questão de radicalização do que de luta política, tal qual se observava em outros grupos, como os udenistas e os próprios ruralistas.

O comício estava longe de ser a revolução. Entretanto, e de grande importância, o acontecimento do dia 13 de março elevou o conflito do início dos anos 1960 a uma profunda cisão política e social. No limite, esse processo de polarização expressava o embate entre as possibilidades de uma política integracionista e os limites da democracia representativa. Acenou para uma divisão política e social entre as possibilidades de ampliação democrática e transformação do Estado e as ameaças à conservação da ordem vigente, à manutenção de uma percepção da sociedade sobre a política ligada, sobretudo, aos limites da fórmula democrática liberal.

Quanto à política agrária, o governo adotou a estratégia de se valer de medidas que não exigiam ações legislativas para serem implantadas (NOBUAKI, 2005). Surgiu então publicamente o decreto da SUPRA, que declarava serem de interesse social e, portanto, desapropriáveis, as áreas com mais de 500 hectares “compreendidas entre um raio de 10 km dos eixos de rodovias e ferrovias federais e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem”. Quanto ao isolamento político do PTB e à falta de reconhecimento do espaço político parlamentar em relação às demandas reformistas, eis que surgiram os preparativos para o comício da Central.

É importante destacar os limites dessas medidas. Nenhuma das duas decisões resolveria definitivamente problemas concretos. Entretanto, sua combinação mostrou grande impacto na luta política da época. Durante o próprio comício, o presidente afirmou:

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA. Assinei-o, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação do nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro. O que se pretende com o decreto que considera de interesse social, para efeito de desapropriação, as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. Não é justo que o benefício de uma estrada, de um açude ou de uma obra de saneamento vá servir aos interesses dos especuladores da terra, que se apoderam das margens das estradas e dos açudes. A Rio-Bahia, por exemplo, que custou setenta bilhões de dinheiro do povo, não deve beneficiar os latifundiários, pela multiplicação do valor de suas propriedades, mas sim o povo. Não o podemos fazer, por enquanto, trabalhadores, como é de prática corrente em todos os países do mundo civilizado: pagar a desapropriação de terras abandonadas em títulos da dívida pública e a longo prazo (...). Por isso o decreto da SUPRA não é a reforma agrária. Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária autêntica (...).

Tirando os excessos da oratória política, João Goulart conhecia os limites do decreto da SUPRA. Sabia que, embora a Superintendência de Reforma Agrária não fosse órgão subordinado ao Poder Legislativo, para que a redistribuição de terras por meio de desapropriação por interesse social fosse executada, o Poder Executivo não poderia prescindir da aprovação de emenda constitucional pelo Congresso. Tal emenda deveria autorizar o pagamento das indenizações em títulos da dívida pública. Segundo Argelina Figueiredo (1993), o decreto atingiria, sobretudo, proprietários rurais ligados ao PSD, “cuja influência política resultou em desvios nas rotas de estradas federais de forma a beneficiar as suas propriedades”.

Por um lado, o governo, através do PTB, encontrava-se isolado no sistema político partidário. Suas medidas perdiam a legitimidade em face da aliança que se estabelecia entre PSD, partido majoritário, e UDN, grande partido de oposição. O sistema político representativo parecia não comportar o desejo de ampliação da representação. Por outro lado, a carreira política de João Goulart demonstrava o caráter conciliador do presidente, e o governo jamais se mostrou imbuído de pretensões totalitárias. Assim, em descompasso com a democracia liberal tal como estava posta e rejeitando soluções autoritárias, o governo optou pela criação de um novo espaço político. O comício marcado para o dia 13 de março de 1964 asseguraria um novo campo de discussão política, público, sem restrições em relação à participação, além de um campo de manobra voltado para a opinião. Regatava-se a ideia do comício público como acontecimento capaz de construir um consenso entre as esquerdas e pressionar o Congresso Nacional por meio da pressão exercida pela opinião popular.

Considerações finais

De acordo com Hannah Arendt (*Apud* CORREIA, 2002), se no totalitarismo a liberdade fora aniquilada, no caso das democracias representativas, fundadas no sistema de partidos políticos, ela tenderia a se restringir ao mínimo, na medida em que o espaço público se transformara em um mercado de trocas econômicas destinadas à manutenção das necessidades vitais da sociedade. Entre a despolitização que Arendt enxergou na modernidade, no que se refere à minimização da participação política e do exercício da soberania, e a hiperpolitização totalitária que a autora viveu durante a Segunda Guerra Mundial, o trabalhismo surgiu no Brasil com uma proposta alternativa de restabelecimento da democracia participativa (DUARTE, 2002), ainda que com suas limitações. Ainda que dentro das regras democráticas vigentes, ao renovar o interesse dos cidadãos pela participação política e pelo debate público, conferindo-lhes lugar, reconhecimento e legitimidade num novo espaço público de discussão política. Não se tratava, claro, de incluir toda a população diretamente, o que seria impossível, mas de multiplicar os espaços públicos a fim de que mais pessoas pudessem participar da política em diversos níveis. Talvez tenha sido exatamente este o papel histórico cumprido pelo comício da Central.

O trabalhismo reformista, entretanto, questionou e propôs mudanças nos comportamentos políticos mais tradicionais, mas não nas regras do jogo democrático. O trabalhismo e seu modo de fazer política por meio de movimentos sociais e da construção de movimentos de opinião, eram partes constitutivas das regras daquele jogo, embora se pudesse observar claramente o enraizamento de percepções da sociedade sobre a política em sentido radicalmente oposto. Inclusive, um dos resultados dessa conformação do trabalhismo brasileiro à disputa democrática era a impossibilidade de que tivesse por efeito a revolução ou a subversão do sistema, mas sim a luta pela capacidade de reformá-lo.

Vale ainda a seguinte observação: os termos “direitas” e “esquerdas” apareceram diversas vezes para identificar a posição do agente ou do grupo no campo político. Entretanto, os termos foram utilizados na descrição de um tempo no qual faziam parte do léxico político e constantemente serviam como instrumentos de acusação e desqualificação política. Por essa razão, é preciso esclarecer que, quando citado na análise histórica, o termo “esquerda” se refere a uma percepção da realidade e da política que tende a ser favorável à igualdade e, portanto, esforça-se por reduzir as concentrações de riquezas, terras, capitais, poderes, etc. Isto, por sua vez, não significa que a esquerda seja sempre igualitária e sobre todas as coisas, e que a direita não o seja nunca. Já o termo “direita” se relaciona à defesa do *status quo*, da ordem e da tradição, além das desigualdades naturais entre os homens.

João Goulart não era um revolucionário. Não defendia um programa político revolucionário, e o comício da Central não fez parte de um processo que se pretendia revolucionário. O trabalhismo como projeto político respeitava o sistema capitalista, assim como as medidas governistas tinham limitações claras em relação ao processo de redistribuição de riquezas e de poderes. Mesmo a assinatura do decreto da SUPRA, realizada durante o comício da Central, esbarrava na necessidade de aprovação parlamentar de reforma constitucional para que a reforma agrária se efetivasse.

Pouco mais de duas semanas após o comício da Central, quando foi deflagrado o golpe, mesmo os grupos mais radicais do cenário político brasileiro, atuando na legalidade ou na clandestinamente, ficaram paralisados diante da decisão de Goulart de não resistir. Com base na análise da mídia impressa como fonte principal de pesquisa, é possível afirmar que, até a realização do comício da Central e, possivelmente, até a deflagração do golpe civil-militar de 1964, não havia entre as esquerdas um projeto efetivo de tomada do poder por vias autoritárias. A facilidade e a rapidez com que o golpe militar se estabeleceu são argumentos contundentes quanto à falta de apoio do governo nos meios militares e, principalmente, quanto à ausência de preparação das esquerdas para um confronto armado. O golpe se deu sobre uma ameaça construída e imaginada no jogo político entre as possibilidades de reformas e a conservação das estruturas políticas e sociais.

Entretanto, a ação fulminante de aniquilação, repressão e opressão, que marcou o estabelecimento e a consolidação da ditadura militar brasileira, provocou alterações

importantes nesta situação. Uma vez desencadeado um processo considerado irreversível de caça não só aos políticos e militantes ligados ao governo Goulart, mas também a jornalistas, pesquisadores e intelectuais tidos como democratas, além de políticos como Juscelino Kubitschek e mesmo Carlos Lacerda, a violência passou a ser adotada como alternativa única de resistência política por todos esses diferentes grupos atingidos pelo autoritarismo militar. Entretanto, essas são questões que estão além dos objetivos e das possibilidades deste artigo. Surgiram com o desenvolvimento da pesquisa e parecem importantes elementos para futuras reflexões, especialmente nos dias atuais, quando se retomam as discussões em torno da Comissão Nacional da Verdade, das políticas públicas de reparação e, especialmente, sobre o que resta da ditadura no arcabouço jurídico e na cultura política brasileira.

Notas

¹ O autor ressalta o ineditismo dessa conjuntura de lutas sociais, cujo marco inicial teria sido a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961.

² A autora destaca as transformações no Trabalhismo brasileiro das décadas de 1940 e 1950 para a década de 1960, em que um viés reformista ganha cada vez mais força dentro do PTB e do projeto trabalhista que se construía.

³ **Folha de S. Paulo**, 5 de dezembro de 2009, p. 26.

⁴ O discurso de João Goulart no comício da Central pode ser encontrado na íntegra em: Carlos Fico. **Além do golpe**. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

⁵ **Correio da Manhã**, 1º de março de 1964, p. 2.

⁶ **Correio da Manhã**, 3 de março de 1964, primeira página do segundo caderno.

⁷ **Última Hora**, 3 de março de 1964, primeira página. Os governadores em questão na notícia eram os representantes dos seguintes estados: BA, CE, GO, RJ, RGN, AC, entre outros.

⁸ **Última Hora**, 4 de março de 1964, p. 2, continuação da matéria de primeira página.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A Utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARENDT, Hannah. **O que é Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CORREIA, Adriano (Coord.). **Transpondo o abismo**: Hannah Arendt entre a filosofia e a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Visões do golpe**. A memória militar de 1964. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1994.

_____. "O estável poder de veto das Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil", In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol.28, nº48. jul-dez 2012, pp. 573-597.

DARIN, Sílvio. **Hércules 56**: o sequestro do embaixador americano em 1969. Rio de Janeiro, 2007.

DEBRAY, Régis. **A revolução na revolução**. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, [s.d.].

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. "Brasil: 1954 - Prenúncios de 1964", In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol.21 nº 34, julho de 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo - Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

- DUARTE, Adriano (Coord.). "Hannah Arendt e a modernidade: esquecimento e redescoberta política", In: CORREIA, Adriano (Coord.). **Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FICO, FERREIRA, ARAUJO & QUADRAT (Orgs.). **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- FICO, Carlos. **Além do golpe**. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945-1964)**. As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, Jorge. **Leonel Brizola, as esquerdas e a radicalização política no governo Goulart (1961-1964)**. [s.i.].
- _____. "A Legalidade Traída: os Dias Sombrios de Agosto e Setembro de 1961", In: **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, pp. 149-182.
- _____. **O Brasil Republicano**, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FIGUEIREDO, Angelina M. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MELO, Demian Bezerra. **O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos 60**. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia / Departamento de História, 2009 (Dissertação de Mestrado).
- NAPOLITANO, Marcos. **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- NEVES, Lucília de Almeida. "Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)", In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O Populismo e a sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- NOBUAKI, Nilson. "A questão da reforma agrária no governo João Goulart". In: [s.i.], vol. 27, nº 1, 2005, pp. 69-86.
- REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- _____. **História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**. Volume 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- REIS FILHO, Daniel. "As esquerdas no Brasil. Culturas Políticas e Tradições", In: FORTES, A. **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
- _____. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- RICOEUR, Paul. "Esprit, nº 210" (1995), pp. 77-82. Texto de uma conferência proferida no Templo da Estrela, na série "Dieu est-il crédible?". O título foi-lhe atribuído pelos organizadores. Foi pela primeira vez publicado em português na revista **Viragem**, nº21, 1996, pp. 26-29.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papius, 1997, 3 volumes.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.
- _____. "As oposições à ditadura. Resistência e integração", In: AARÃO, Daniel et al. **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Recebido em 01/02/2016

Aprovado em 20/04/2016